

Privatização da Vale ajudou a diminuir dívida pública

No acumulado dos últimos 12 meses, déficit operacional do Governo registrou alta de R\$ 27,740 bi para R\$ 28,552 bi

Sheila D'Amorim e Rossana Alves

• BRASÍLIA. A decisão do Governo de interromper o processo de redução da taxa de juros teve um efeito negativo nas contas públicas. O déficit operacional do setor público, que leva em conta receitas e despesas mais os juros reais que incidem sobre a dívida, passou de 3,39% do PIB (Produto Interno Bruto), em abril, para 3,47% do PIB em maio. O déficit passou de R\$ 27,740 bilhões para R\$ 28,552 bilhões, no acumulado dos últimos 12 meses.

Apesar da piora no resultado operacional, o Governo conseguiu reduzir a dívida líquida total do setor público. Por conta da privatização da Vale do Rio Doce, a dívida caiu de 34,5% do PIB em abril para 34,2% em maio. Além disso, metade dos R\$ 3,3 bilhões obtidos com a privatização da empresa foi utilizada pelo Tesouro Nacional para resgatar títulos no mercado, o que reduziu o volume global da dívida pública.

Estados e municípios conseguem reduzir rombo

O crescimento do déficit operacional foi conseqüência da combinação da política de juros altos do Governo com a redução da inflação. O Banco Central vinha reduzindo progressivamente a taxa de juros desde setembro do ano passado. A partir de abril, devido à necessidade de conter o consumo e atrair investimentos externos, a queda foi interrompida.

A Taxa Básica do Banco Central (TBC), que serve como piso para os juros praticados pelos bancos, está estável em 1,58% desde abril. Como a inflação caiu ainda mais neste período, a parcela de juros reais que incide sobre a dívida aumentou de R\$ 27,717 bilhões em abril para R\$ 29,234 bilhões em maio. O resultado foi

um crescimento do déficit operacional na mesma proporção.

Os números do Banco Central indicam que a maior contribuição para o aumento do déficit operacional veio do Governo federal. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos governadores para ajustar suas contas, os estados e municípios conseguiram reduzir o rombo nas suas contas de 1,53% do PIB em abril para 1,47% em maio. As empresas estatais permanecem com desempenho estável: déficit de 0,29% do PIB.

Apesar de as contas terem piorado pelo conceito operacional, houve melhora no chamado resultado primário, que computa a arrecadação global e as despesas do Governo federal, empresas estatais, estados e municípios, sem considerar a conta de juros. Em maio, as receitas superaram as despesas em R\$ 682 milhões, o que equivale a um superávit de 0,08% do PIB. No mês anterior, o resultado tinha sido um equilíbrio entre receitas e despesas.

Em maio, déficit nominal caiu de 5,67% para 5,53% do PIB

A expectativa do chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, é de que o mês de junho apresente um superávit primário ainda maior. Isto porque, no mês passado, o Governo não pagou a primeira parcela do décimo terceiro salário dos servidores públicos federais. Com isto, sobrou mais dinheiro no caixa do Governo.

A melhora no resultado primário no mês de maio se refletiu diretamente no conceito nominal que, além de receitas e despesas, leva em conta os juros e a correção monetária que incidem sobre a dívida pública. Em maio, o déficit nominal saiu de 5,67% do PIB para 5,53% do PIB. Isso porque, em função da queda da inflação, a



ALTAMIR LOPES, do Banco Central: a expectativa é de que em junho o superávit primário se mostre ainda maior

correção monetária vem caindo ao longo do tempo.

Por causa da decisão do Governo de usar o dinheiro da privatização da Vale no resgate de títulos públicos, a dívida mobiliária federal teve um crescimento menor no mês passado. O saldo aumentou de R\$ 193,169 bilhões para R\$ 194,948 bilhões, o que indica um aumento de 0,9% entre maio e junho. Segundo Altamir Lopes, se não houvesse o resgate líquido de R\$ 1,215 bilhão o saldo da dívida teria aumentado ainda mais.

O Governo descobriu também que, nos últimos meses, cada vez mais consumidores e empresários estão procurando por empréstimos no mercado. Em maio, os créditos concedidos para o setor privado somaram R\$ 197,861 bilhões, contra os R\$ 192,556 bilhões de abril. Só as pessoas físicas tomaram emprestado, em maio, R\$ 24,510 bilhões por meio do consumo de bens a prazo ou financiamentos direto junto às instituições financeiras. No acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento do crédito concedi-

do à pessoa física foi de 106,5%. Já o setor do comércio demandou, em maio, R\$ 22,686 bilhões em crédito.

— O que se nota agora é uma migração do crédito da pessoa física para o comércio. O crescimento dos empréstimos das pessoas físicas tem sido menor nos últimos meses contra um aumento significativo do comércio — destacou Lopes. Entre março e abril, o aumento da procura por crédito pelos comerciantes foi de apenas 1,4%. Já entre abril e maio, pulou para 5,7%. ■

Sérgio Marques